



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro



Arrozeiros projetam redução de área e alertam para pressão de preços em 2026

Entidades do setor indicam queda próxima de 9% na área plantada e apontam riscos de concentração das vendas

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

As principais entidades representativas da cadeia do arroz projetam uma redução próxima de 9% na área plantada no Rio Grande do Sul e alertam para o risco de concentração das vendas no primeiro semestre de 2026, cenário que pode pressionar preços e comprometer a sustentabilidade econômica dos produtores. O cenário foi apresentado em coletiva de imprensa realizada na manhã desta quinta-feira pela Federação da Agricultura do Estado (Farsul), Federação das Associações de Arrozeiros do RS (Federarroz), Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) e Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi).

O diagnóstico é resultado de um trabalho conjunto iniciado em meados de 2025, com base em dados de área, produtividade, estoques, exportações e instrumentos de política agrícola, com foco em evitar desequilíbrios mais severos no atual ciclo. No centro das preocupações está a possibilidade de que grande parte da produção seja ofertada em curto espaço de tempo, especialmente entre março e junho de 2026. A avaliação das entidades é que a combinação entre estoques de passagem, vencimentos concentrados de Cédulas de Produto Rural (CPRs), limitações de crédito e gargalos logísticos pode provocar um excesso de oferta pontual, com impacto direto sobre os preços pagos ao produtor.

Segundo o presidente da Farsul, Domingos Velho Lopes, o desafio é evitar que fatores financeiros e operacionais forcem a comercialização em massa logo após a colheita. A estratégia defendida passa pelo alon-



TÂNIA MEINERZ/JC

Além das medidas emergenciais, o setor apresentou iniciativas estruturantes, como o estudo de novos destinos para a produção orizícola

gamento de prazos, melhor uso de instrumentos públicos de comercialização e estímulo ao escoamento ao longo do ano, reduzindo a dependência do primeiro semestre.

O Irga antecipou que a área plantada de arroz no Rio Grande do Sul ficará abaixo de 900 mil hectares, com estimativa preliminar entre 880 mil e 890 mil hectares. O número final deverá ser divulgado oficialmente na próxima semana, após conferência dos dados regionais.

De acordo com o presidente da autarquia, Alexandre Velho, o corte reflete uma resposta direta dos produtores às sinalizações de mercado. Além da menor área, os levantamentos iniciais indicam produtividade inferior à do ano passado, influenciada por maior incidência de arroz vermelho, problemas de infestação e, principalmente, menor uso de tecnologia, conse-

quência das restrições de crédito enfrentadas ao longo do ciclo.

No cenário nacional, as entidades avaliam que o ajuste observado no Rio Grande do Sul – responsável por cerca de 70% da produção brasileira – terá peso determinante na retração da área total cultivada no País, funcionando como mecanismo de reequilíbrio da oferta.

Durante a coletiva também foram detalhados os principais entraves enfrentados pelo setor, que vão além da safra atual. Entre eles estão a assimetria competitiva no Mercosul, com preocupação especial em relação ao arroz importado do Paraguai; diferenças tributárias e logísticas, que colocam o arroz gaúcho em desvantagem frente a outras regiões do País; elevados custos de produção, agravados por dificuldades de acesso ao crédito; mudança nos hábitos de consumo, com maior concorrência de

Conjunto de medidas em execução

Desde o segundo semestre de 2025, as entidades estruturaram um conjunto de sete medidas, a maioria já em execução, com foco em curto e médio prazo.

Entre elas estão:

- Orientação para redução de área plantada como ajuste preventivo de oferta.
- Atuação junto ao governo federal para uso de mecanismos de comercialização, como PEP e PEPRO.
- Uso alternativo da taxa CDO, com regramento em construção para que os recursos retornem ao produtor, via estímulo à exportação e ações de mercado.
- Defesa de ajustes tributários no período de colheita, especialmente no ICMS.
- Desconcentração dos vencimentos das CPRs.
- Negociação com agentes financeiros para alongamento de dívidas e custeio.
- Pesquisa e fiscalização contra fraudes de tipificação, com divulgação de resultados prevista para as próximas semanas.

alimentos ultraprocessados; e práticas irregulares de mercado, como a comercialização de

arroz fora de tipo como se fosse produto padrão, distorcendo preços e estoques.

Ajuste de mercado combina instrumentos públicos e novas frentes de demanda

Segundo o presidente da Federarroz, Denis Dias Nunes, essas ações têm como objetivo central evitar que o produtor seja penalizado por produzir com eficiência, ao mesmo tempo em que se busca maior previsi-

bilidade para a indústria e para o mercado.

As entidades também destacaram o papel dos instrumentos públicos utilizados na safra passada, como aquisições governamentais (AGFs) e contratos de

opção, que ajudaram a sustentar preços em regiões mais distantes dos portos e a retirar parte do excedente do mercado. A avaliação é de que essas ferramentas continuam sendo relevantes, desde que aplicadas de forma pontual

e alinhadas com dados técnicos.

Além das medidas emergenciais, o setor apresentou iniciativas estruturantes, como o estudo de novos destinos para o arroz, entre eles a produção de etanol e biocombustíveis. A avaliação

das lideranças é que essa alternativa não substitui a alimentação humana, mas pode ampliar a base de demanda no médio e longo prazo, especialmente em segmentos como transporte pesado, naval e aéreo.